

ENTREVISTA/ MARIA LUIZA DORNAS

Conversa sobre cultura

TIAGO FARIA

– Os participantes do Fórum de Cultura do DF dizem que a Secretaria de Cultura não tem uma política cultural para a cidade. A política existe?

– O que não existe é uma política cultural partidária. Isso não existe. Da nossa parte, pelo menos, não. Nós já estamos nos ocupando da maioria dos pontos levantados por eles (o Fórum de Cultura) há algum tempo. O problema é que política cultural passa por verbas. Se você não tem recursos, não consegue realizar uma série de coisas. Hoje a Secretaria de Cultura tem um pouquinho mais de recursos do que tinha antigamente, mas ainda é muito pouco para as necessidades que o Distrito Federal tem. Mesmo assim, já está se fazendo muita coisa. Nós temos um fórum para discutir políticas culturais, o Conselho de Cultura, que é formado por pessoas que estão atuando há muito tempo na área cultural, artistas consagrados da cidade. Isso não impede que outros movimentos se instalem, estamos em uma democracia. Estaremos sempre abertos para todo tipo de indagação. Vontade de fazer todo mundo tem, acho que as pessoas deviam pôr, junto a documentos como o do Fórum de Cultura do DF, a fórmula, o como fazer, onde buscar recursos, a mágica para resolver todos esses problemas.

– A senhora acha o Fórum de Cultura do DF representativo?

– Não, de forma nenhuma. Não é representativo. Se o Distrito Federal pode ser representado por 40, 60 artistas, então não precisamos nem de uma Secretaria de Cultura. Ninguém ouve a comunidade, os problemas todos ficam restritos ao artista, ao produtor. Por exemplo, o que a população da Ceilândia quer? Eles querem um espaço cultural decente, um cinema, querem oportunidade de trabalho, querem ver artistas consagrados de Brasília na sua cidade. Estamos tentando desenvolver uma política cultural para o Distrito Federal, não só para o Plano Piloto.

– O movimento seria político, então?

– Tenho certeza. A maioria desses artistas já teve apoio financeiro da Secretaria de Cultura. Só que eles esperam que a gente dê apoio financeiro sempre aos mesmos, isso não pode acontecer. Gostaria de pensar diferente, mas, se não fosse uma questão política, por que os deputados de oposição estariam envolvidos e liderando esses movimentos? Por que os representantes do fórum não foram ao ministro da Cultura sem a ajuda de deputados? O ministro recebe todo mundo, da mesma forma que eu recebo.

– Eles alegam que é difícil falar com a senhora.

– Eu queria saber quem destes artistas agendou, marcou e não conseguiu falar comigo. Nunca aconteceu isso. Agora eles me passaram um fax, querem falar sobre o documento. Foi a primeira vez.

– O movimento reclama do aumento da taxa mínima para uso da Sala Villa-Lobos (que passou de R\$ 2,5 mil para R\$ 4 mil, em janeiro do ano passado). A mudança funcionou?

– Acho que ficou provado para eles que a taxa do teatro vai muito bem. A sala esteve cheia durante todo o ano passado, com espetáculos de qualidade. Eles reclamam porque isso mexe no bolso de quem está faturando. As pessoas têm de aprender que, ganhando o espaço público, precisam dar alguma coisa em contrapartida. Têm de pagar sim os 15% e, se esses 15% forem pouco, devem pagar a taxa mínima. Eles ficam dizendo que para o artista da cidade não tem nada. De forma alguma. Se tiver um excelente espetáculo, compatível com a Sala Villa-Lobos, haverá espaço. O problema é que tem gente que nem tem condições de ir para a Sala Villa-Lobos mas quer fazer currículo. Vá para a Martins Pena, que é uma excelente sala, uma das melhores do país. Vá para o Teatro dos Bancários, para a Caixa

Uma das principais reclamações dos cerca de 40 artistas brasilienses que integram o Fórum de Cultura do Distrito Federal, movimento que questiona a política cultural do GDF, é a dificuldade de conversar com a secretária de Cultura do DF, Maria Luiza Dornas. Depois de dois meses de encontros, os participantes do fórum conseguiram marcar a primeira audiência com Maria Luiza para amanhã. Eles terão a oportunidade de apresentar à secretária todas as reivindicações que foram levadas, na terça-feira da semana passada, ao ministro da Cultura, Francisco Weffort. “Este é um movimento político, sem representatividade alguma”, instiga a secretária. Professora de Educação

Artística, Maria Luiza trabalha com cultura, dentro do GDF, há 25 anos. “Estou quase me aposentando”, diz. Ela recebeu o JORNAL DO BRASIL no gabinete improvisado do governo itinerante, na Casa da Cultura, em Ceilândia. Depois de uma semana de andanças pela cidade-satélite, que completa 30 anos, ela tem pelo menos um plano concreto: revitalizar o Cine Regente. Uma das conquistas que mais tem orgulho de divulgar é o projeto A escola vai ao cinema, que levou 80 mil crianças da periferia do DF ao Cine Brasília, no ano passado, para assistir a filmes brasileiros. “Meu sonho é sair do governo deixando todas as cidades-satélites com pelo menos um cinema”, diz.

Davi Zocoli



TAXA MÍNIMA

“O aumento da taxa mínima melhorou a Sala Villa-Lobos. Agora temos espetáculos da maior qualidade”

RÁDIO CULTURA

“Todos os artistas que conheço e procuraram a Rádio Cultura não tiveram problemas para tocar seus discos”

TEATRO AMADOR

“Ninguém precisa ser dono da Casa do Teatro Amador. Precisamos é de ótimos parceiros, que consigam recursos”

AGENDA

“Eu queria saber quem destes artistas agendou, marcou e não conseguiu falar comigo, nunca houve isso; só agora passaram um fax”

Econômica, qualquer um desses espaços. Nós precisamos, cada vez mais, utilizar melhor os espaços públicos. E pagar por isso. Essa taxa não é exorbitante, ela é menor que a do Teatro Municipal do Rio, por exemplo. Essa manifestação é para causar tumulto, não tem sentido. Agora querem pegar a Rádio Cultura para cristo.

– A senhora esteve à frente da Rádio Cultura FM durante parte deste e a totalidade do penúltimo governo do DF. Qual foi o erro cometido pela Secretaria para que a rádio passasse para as mãos da Secretaria de Comunicação, em outubro do ano passado?

– Não acho que houve um erro. A reforma administrativa foi orientada pela consultoria da Fundação Getúlio Vargas. Ela entendeu, junto com o GDF, que a rádio deveria estar na Secretaria de Comunicação. Nós discutimos, ponderamos várias coisas e ficou assegurado aos artistas da cidade uma programação dentro da Rádio Cultura. Se no momento a rádio está passando por uma modificação que não está agradando, acho que todo mundo deveria aguardar um pouquinho mais. Todos os artistas que conheço e que têm procurado a Rádio Cultura estão conseguindo tocar seus discos. A programação está sendo revista e a gente não pode ainda fazer um julgamento antes de esperar pelo menos uns seis meses para sentir como a rádio está se comportando.

– Qual seria o motivo do protesto em torno da rádio?

– É também uma questão política. O

governador Roriz, quando assumiu, baixou um decreto exonerando todos os cargos em comissão. Por quê? Havia muitas pessoas, em cargos comissionados, de confiança, que eram muito ligadas à facção contrária ao governo Roriz. E que não poderiam trabalhar num projeto novo com imparcialidade. Aconteceu com a Rádio Cultura. Vários cargos foram exonerados. Muitas das pessoas que participam desse movimento eram funcionários na época. Tem vários pontos de que os manifestantes se queixam que dizem respeito a projetos que acabaram no governo anterior.

– Mas a Casa do Teatro Amador foi repassada por vocês à União.

– Encontramos a casa com sérios problemas. Foi buscando no Ministério da Cultura que conseguimos que a Funarte assumisse o espaço e conseguisse recursos. Esse é um ganho enorme. A gente não precisa ser dono do espaço. Precisamos é ter ótimos parceiros. Estou pronta para receber projetos de quem está reclamando. Estamos retomando o espaço da Fundação Balé, da área de dança. Tenho sentado constantemente com grupos de dança, discutindo. Agora, não se pode ficar discutindo teoria, temos que pôr as coisas em prática. Qual diretor, qual produtor apresentou à Secretaria uma proposta de oficina? Temos que pensar nas cidades-satélites, há muitos talentos para descobrirmos. Temos que tocar projetos com soluções. Há pilhas e pilhas de idéias. Mas é preciso mais recursos.

– Qual é a avaliação da senhora do último Arte Por Toda Parte (projeto que leva apresentações culturais às cidades-satélites, com ingressos baratos), que contou apenas com artistas da cidade?

– Foi excelente. A receptividade foi muito boa. Houve cidades onde tivemos 6 mil pessoas num show e, em outras, 400, 500 pessoas. Aí você pode perguntar: mas 500 não é muito pouco? Não é. O importante é você ir motivando o lazer, fazer com que as pessoas conheçam nossos artistas. Todos os artistas que participaram ficaram muito satisfeitos.

– As preocupações da Secretaria com o Plano Piloto e com cidades-satélites são diferentes?

– São. No Plano, a preocupação é tentar baixar preços dos ingressos de teatro, tentar trazer espetáculos de qualidade – internacionais, nacionais e locais –, oferecer a uma comunidade mais exigente espetáculos que ela queira ver. Nas cidades-satélites, há uma necessidade muito grande de lazer e de aproximação com o artista. O Arte por toda parte tem esse papel. O projeto cria um mercado onde o artista pode ganhar um cachê, mesmo que seja um cachê reduzido, e ele tem um palco, um som, luz. Ele consegue vender seu trabalho. A gente viu que o Arte por toda parte peca um pouco na área de dança, porque não temos palco para isso. Por isso estamos com oficinas para danças mais compatíveis com espaços menos adequados, como dança de rua. O sucesso do programa é grande. Nós temos mais de 700 inscritos no Arte por toda parte.